

Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	8
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	9
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidados	13

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos do curtailment

Durante o exercício, o Grupo operou normalmente, estando conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, estão detalhados na Nota Explicativa nº 1.1.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem Curtailment (R\$) (i)	(-) Curtailment (R\$) (i)	Receita bruta com Curtailment (R\$) (i)
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda	117.094	72.568	27.334	23,34%	17.719	(6.003)	23.722
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda	117.094	64.733	27.334	23,34%	17.774	(6.003)	23.777
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE e Ltda	117.393	61.545	27.403	23,34%	17.841	(6.018)	23.859
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda	117.094	64.913	27.334	23,34%	17.732	(6.003)	23.735
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda	117.094	62.058	27.334	23,34%	18.347	(6.003)	24.350
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda	117.136	4.789	27.344	23,34%	18.805	(6.005)	24.810
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda	116.282	1.207	27.144	23,34%	18.615	(5.961)	24.576
2025	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda	117.137	76.592	27.344	23,34%	22.033	(6.005)	28.038
2025	Vista Alegre I Energia SPE Ltda;	110.555	72.567	37.988	34,36%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre II Energia SPE Ltda;	110.512	64.733	37.779	35,59%	25.379	(7.857)	34.215
2025	Vista Alegre III Energia SPE Ltda;	99.532	61.544	37.987	38,17%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda;	102.901	64.913	37.988	36,92%	25.592	(8.342)	33.934
2025	Vista Alegre V Energia SPE Ltda;	100.046	62.058	37.988	37,97%	25.537	(8.342)	33.879
2025	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda;	102.777	64.789	37.988	36,96%	25.624	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda;	109.195	71.207	37.988	34,79%	25.443	(8.342)	33.785
2025	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda;	114.580	76.592	37.988	33,15%	25.649	(8.342)	33.991
2025	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda;	114.468	76.480	37.988	33,19%	22.557	(8.342)	30.899
2025	Vista Alegre X Energia SPE Ltda;	114.777	76.789	37.988	33,98%	22.672	(8.342)	31.014
2025	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda;	110.972	72.984	37.988	34,23%	22.589	(8.342)	30.931
2025	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda;	111.309	73.321	37.988	34,13%	22.511	(8.342)	30.853
2025	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda;	111.192	73.204	37.988	34,16%	21.710	(8.342)	30.052
2025	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda;	107.162	72.329	34.833	32,51%	22.711	(7.650)	30.361
2025	Vista Alegre XV Energia SPE Ltda;	111.767	3.779	37.988	33,99%	24.777	(8.342)	33.119
2025	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda;	116.104	2.676	43.428	37,40%	27.232	(9.537)	36.769
Total		2.684.173	1.668.370	828.454	31,18%	540.595	(181.491)	723.314

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada às investidas comercializadoras, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.

(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 25,09%, inferior ao percentual de corte energético (38,38%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 3.652, conforme nota explicativa nº 19.

O Grupo entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento do Grupo, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração do Grupo, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.1, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação do Grupo, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 30 de março de 2026.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Balancos Patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	82.817	94.413	630.824	492.143	Fornecedores	15	-	103	147.300	112.580
Contas a receber	9	7	4.602	197.164	88.552	Imposto de renda e contribuição social	22	657	-	9.902	59.649
Impostos a recuperar		23	24	3.633	3.143	Obrigações fiscais		57	224	14.247	13.292
Imposto de renda e contribuição social	22	11.884	10.681	32.067	20.435	Financiamentos	16	-	-	149.965	65.212
Adiantamento a fornecedores		12	5	12	1.576	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	2
Despesas antecipadas	10	-	-	9.705	7.653	Dividendos a pagar	23	27.429	27.429	27.429	27.429
Dividendos a receber	23	8.519	8.519	-	-	Derivativos financeiros passivo	24.b	-	-	-	446
Contas a receber - venda de participações societárias	1.3.a	-	207.685	-	207.685	Passivo de arrendamento	12	-	-	287	115
Outras contas a receber	9	6.364	6.364	-	5.712	Outras contas a pagar	15	12.836	12.836	49.523	24.320
Total do ativo circulante		109.626	332.293	873.405	826.899	Total do passivo circulante		40.979	40.592	398.653	303.045
Despesas antecipadas	10	-	-	16.552	16.552	Financiamentos	16	-	-	3.603.423	3.817.859
Tributos diferidos	22	-	-	-	152	Passivo de arrendamento	12	-	-	95.163	46.204
Investimentos	11	934.573	735.229	-	-	Provisão para desmobilização	17	-	-	53.010	47.625
Direito de uso	12	-	-	92.256	45.679	Imposto de renda e contribuição diferidos	22 e 24.b	-	29.801	-	29.801
Imobilizado	13	-	-	4.523.491	4.604.600	Contingências	25	-	-	-	1.540
Intangível	14	-	-	95.819	98.921	Total do passivo não circulante		-	29.801	3.751.596	3.943.029
Total do ativo não circulante		934.573	735.229	4.728.118	4.765.904	Patrimônio líquido	18				
						Capital social		1.222.007	1.414.163	1.222.007	1.414.163
						Reservas de hedge		8.041	7.835	8.041	7.835
						Ajuste de conversão		(283.072)	(549.869)	(283.072)	(549.869)
						Reserva de lucros		56.244	125.000	56.244	125.000
						Total do patrimônio líquido		1.003.220	997.129	1.003.220	997.129
						Participação de não controladores		-	-	448.054	349.600
Total do ativo		1.044.199	1.067.522	5.601.523	5.592.803	Total do passivo e patrimônio líquido		1.044.199	1.067.522	5.601.523	5.592.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	-	-	1.109.411	222.785
Custos de operação	20	-	-	(897.969)	(86.940)
Lucro bruto		-	-	211.442	135.845
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(3.200)	(2.581)	(8.613)	(8.456)
Outras receitas operacionais	20	1.467	(13.868)	(21.602)	153.377
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(1.733)	(16.449)	181.227	280.766
Receitas financeiras	21	43.089	168.023	478.738	242.048
Despesas financeiras	21	(46.438)	(3.258)	(739.730)	(342.201)
Resultado financeiro líquido		(3.349)	164.765	(260.992)	(100.153)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(64.556)	10.271	-	-
Resultado antes dos impostos		(69.638)	158.587	(79.765)	180.613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	29.801	(19.820)	29.801	(19.820)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(28.919)	(23.277)	(54.086)	(84.568)
(Prejuízo) / Lucro do exercício		(68.756)	115.490	(104.050)	76.225
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores				(68.756)	115.490
Acionistas não controladores				(35.294)	(39.265)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados Abrangentes individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(68.756)	115.490	(104.050)	76.225
Ajuste de conversão	266.796	(549.868)	400.544	76.225
Hedge de fluxo de caixa	207	(35.759)	207	(696.318)
Resultado abrangente do exercício	198.247	(470.137)	296.701	(543.868)
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores			198.247	(470.137)
Acionistas não controladores			98.454	(73.731)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
			Reservas de hedge	Ajuste de conversão	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.457.102	43.593	-	1.847	26.319	-	1.528.861	421.793	1.950.654
Subscrição e integralização de capital	16.a	77.270	-	-	-	-	-	77.270	121.855	199.125
Redução de capital	18.a	(120.209)	-	-	-	-	-	(120.209)	-	(120.209)
Hedge de fluxo de caixa	18.e	-	(35.759)	-	-	-	-	(35.759)	(8.333)	(44.092)
Ajuste de conversão	18.f	-	-	(549.868)	-	-	-	(549.868)	(146.450)	(696.318)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	115.490	115.490	(39.265)	76.225
Constituição de reserva de legal	18.b	-	-	-	5.775	-	(5.775)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.c	-	-	-	-	-	(27.429)	(27.429)	-	(27.429)
Reversão de dividendos reconhecidos	18.c	-	-	-	-	-	8.773	8.773	-	8.773
Destinação para reserva de retenção de lucros	18.d	-	-	-	-	91.059	(91.059)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.414.163	7.834	(549.868)	7.622	117.378	-	997.129	349.600	1.346.729
Redução de capital	18.a	(192.156)	-	-	-	-	-	(192.156)	-	(192.156)
Ajuste de conversão	18.f	-	-	266.796	-	-	-	266.796	133.748	400.544
Hedge de fluxo de caixa	18.e	-	207	-	-	-	-	207	-	207
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(68.756)	-	(68.756)	(35.294)	(104.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.222.007	8.041	(283.072)	7.622	48.622	-	1.003.220	448.054	1.451.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa individual e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(69.638)	158.587	(79.765)	180.613
Ajustes para reconciliar o resultado do período com os recursos das atividades operacionais:					
Depreciação	13	-	-	130.370	26.339
Amortização do custo da obrigação de desmobilização	13	-	-	1.353	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	17	-	-	5.385	-
Amortização do ativo de direito de uso	12	-	-	2.797	769
Amortização do ativo intangível	14	3.102	545	3.102	545
Juros sobre financiamentos	16	-	-	254.417	186.721
Juros sobre mútuos financeiros com partes relacionadas	23	-	-	-	33.288
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	9.863	2.795
Baixa de imobilizado	13	-	-	34.358	2.705
Custo de captação de financiamentos	16	-	-	8.172	3.374
Varição cambial sobre financiamentos	16	-	-	(51.914)	29.734
Varição cambial sobre mútuos	23	-	-	-	91.695
Varição cambial sobre venda de participações societárias	1.3.a	-	(44.023)	-	(44.023)
Baixa de mais valia mediante alienação Vista Alegre	14	-	42.299	-	42.299
Devoluções de ações - Albras Alumínio S.A.	11	-	(28.403)	-	(28.403)
Resultado na venda e alienação de participação societária	1.3.a	207.685	-	191.133	75.930
Ajuste líquido nos arrendamentos	12	-	-	-	(48)
Resultado de equivalência patrimonial	11	64.556	(10.271)	-	-
Lucro/ (Prejuízo) ajustado		205.705	118.734	509.271	604.333
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		10.959	(4.602)	(108.612)	(88.552)
Impostos a recuperar		2	(13)	(489)	(2.744)
Imposto de renda e contribuição social		(1.203)	(8.865)	(11.632)	(12.014)
Adiantamento a fornecedores		(14)	721	1.564	(173)
Despesas antecipadas		-	-	14.500	(15.525)
Outras contas a receber		(6.365)	(6.346)	(12.715)	23.707
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(103)	(19.077)	46.042	21.875
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(1)	(2)	(75)
Obrigações fiscais		(167)	197	955	6.129
Outras contas a pagar		8	12.657	42.091	25.000
Caixa gerado pelas atividades operacionais		208.822	93.405	480.973	561.961
Pagamento de juros de arrendamento	12	-	-	(9.863)	(2.795)
Pagamento de juros de financiamentos	16	-	-	(127.742)	(3.398)
Pagamento de juros de mútuos financeiros	23	-	-	-	(30.642)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(28.263)	(23.277)	(103.834)	(24.953)
Caixa líquido gerado pelas atividade operacionais		180.559	70.128	239.534	500.173
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em investidas	11	-	(10.270)	-	-
Contas a receber - venda de participações societárias		-	60.332	-	60.332
Aquisição de intangível	14	-	(414)	-	(414)
Aquisição de ativo imobilizado	13	-	-	(96.294)	(1.640.128)
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividade de investimento		-	49.648	(96.294)	(1.580.210)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos	16	-	-	240.928	2.166.263
Pagamento de principal de financiamentos	16	-	-	(46.193)	(423.572)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	12	-	-	(243)	(81)
Pagamento de principal de mútuos financeiros	23	-	-	-	(427.639)
Custo de captação	16	-	-	(6.895)	(110.175)
Participação dos não controladores		-	-	-	45.925
Redução de capital	18.a	(192.156)	(120.096)	(192.156)	(120.096)
Integralização de capital	18.a	-	77.270	-	77.270
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividade de financiamento		(192.156)	(42.826)	(4.559)	1.207.895
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(11.597)	76.950	138.681	127.858
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	94.413	17.463	492.143	364.285
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	82.817	94.413	630.824	492.143
		(11.596)	76.950	138.681	127.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. (“Companhia” e/ou “Controladora”) é uma holding, constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como controlador integral a GIP Helios II S.A e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 30 de novembro de 2021 com o objetivo de centralizar os projetos e investimentos, até em então, em fase de desenvolvimento, desta forma a Companhia detém o controle dos complexos fotovoltaicos Boa Sorte e Vista Alegre. As movimentações dos investimentos e passivos a descoberto em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas controladas, detentora dos complexos Boa Sorte e Vista Alegre, conforme apresentados abaixo:

<u>Complexo</u>	<u>Companhia/Companhia</u>
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda;
Boa Sorte	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda;
Vista Alegre	Vista Alegre I Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre II Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre III Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre V Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre X Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XV Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda
Vista Alegre	Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda

1.1 Curtailment

As controladas da Companhia estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

1.2 Autorizações para exploração

As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada indireta:

Usina	Companhia	CEG ANEEL	Período da autorização	Potência (MW)	Estimativa de geração (MW/médio)	Ambiente Contratação	Estado	Fase do Projeto
UFV Boa Sorte 1	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 3-7.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 2	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 5-3.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 3	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 6-1.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 4	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 7-0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 5	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 8-8.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 6	Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04918 9-6.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 7	Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04919 0-0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Boa Sorte 8	Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04919 1-8.01	02/03/2021 a 02/03/2056	46,53	12,5	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre I	Vista Alegre I Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 5-0.01	02/03/2021 a 02/03/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre II	Vista Alegre II Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 6-9.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre III	Vista Alegre III Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 7-7.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre IV	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 8-5.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre V	Vista Alegre V Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 9-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VI	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04656 0-7.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VII	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04655 3-4.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VIII	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04656 1-5.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre IX	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04656 2-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre X	Vista Alegre X Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04965 5-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XI	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04965 6-1.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XII	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04965 7-0.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XIII	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04965 8-8.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XIV	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.04965 9-6.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,24	41,173	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre II	Central Fotovoltaica Vista Alegre XV SPE Ltda.	UFV.RS.MG.04655 4-2.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco I	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.05444 7-7.01	25/08/2021 a 24/07/2056	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco II	Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.05444 8-5.01	25/08/2021 a 24/07/2056	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco III	Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.05444 9-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.4 Alienação de participações societárias

a. Alienação de participação societária – Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

Em 20 de dezembro de 2024 a controlada direta Empresa de Participações Vista Alegre S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. com a Hydro Rein, correspondente a venda de 20% das ações deste investimento, passando a Companhia a deter 70% das ações da investida. O valor da venda foi de R\$ 241.243 e foi integralmente recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 20 de dezembro de 2024.

	Vista Alegre Comercializadora Alienação de 20% das ações
Receita na venda de participações societária (i)	241.243
Custo da participação nas investidas (i)	(75.930)
Lucro na venda de participação societária	165.313

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa número 20.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Holding 3 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação acionária %			
		2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	60%	-	60%	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 6 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 7 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Central Fotovoltaica Boa Sorte 8 SPE Ltda.	Brasil	-	60%	-	60%
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	Brasil	100%	-	100%	-
Vista Alegre I Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre II Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre III Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre IV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre V Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VI Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre IX Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre X Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XI Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	Brasil		70%		70%

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 30 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa mensurada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. A moeda funcional dos saldos consolidados é o Dólar norte americano e a moeda de apresentação é o Real brasileiro. Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Direito de Uso e Arrendamentos - Nota explicativa nº 12:** Estimativa da taxa de desconto implícita utilizada no cálculo do valor presente;
- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 13:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Análise de redução ao valor recuperável da planta fotovoltaica – Nota explicativa nº13:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis da Planta fotovoltaica;
- **Intangível - nota explicativa nº 14:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº17:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato;
- **Imposto de renda e contribuição social diferidos – nota explicativa nº 22 –** Reconhecimento e mensuração dos impostos diferidos; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 24:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende a definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente ao resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionais à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa bancárias; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

b. Imposto de renda e contribuição social

(i) Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

(ii) Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens de propriedade, planta e equipamento, utilizando o método linear com base na vida útil estimada pelo Grupo, que representa o período durante o qual os ativos operacionais gerarão benefícios econômicos, conforme a tabela abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	de acordo com a vigência da outorga de exploração
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de informática e telecomunicação	5 anos

A taxa de depreciação do item Usina Fotovoltaica representa a vida útil do ativo como uma unidade operacional e inclui todas as despesas necessárias para a construção e início de operação da usina.

A depreciação é reconhecida no resultado. Devido às limitações legais impostas pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados ao longo do menor entre a vida útil estimada do ativo e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados se necessário.

e. Ativos intangíveis

Inclui os direitos implantação e exploração de usina fotovoltaica referente, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução de valor recuperável.

(v) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de outorgas para implantação e exploração de geração de energia fotovoltaica, o período da vigência de 35 anos.

f. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

a) *Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

d) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

a) *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

a) *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

b) *Mensuração das perdas de crédito esperada*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. *Provisões*

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

(a) Normas contábeis

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.

- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* – PPAs), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	1.236	147	48.678	217.024
Aplicações financeiras curto prazo (b)	81.581	94.266	582.146	275.119
Caixa e equivalentes de caixa	82.817	94.413	630.824	492.143

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 100% em 31 de dezembro de 2025 (100% em 31 de dezembro de 2024), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes – MCP (a)	-	-	5.438	24.636
Contas a receber de clientes – ACL (b)	-	-	167.728	59.314
<i>Constrained Off</i> – (c)	-	-	3.652	-
Contas a receber de partes relacionadas (d)	7	4.602	20.346	4.602
Contas a receber de clientes	7	4.602	197.164	88.552

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos a identificar	-	-	-	5.712
Redução de capital a receber (e)	6.364	6.364	-	-
Outras contas a receber	6.364	-	18.427	5.712
Total de contas a receber e outras contas a receber	6.371	10.966	215.591	94.264

- (a) Refere-se aos saldos de energia de teste comercializado na CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP).
- (b) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. O Grupo possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2026.
- (c) Em 31 de dezembro de 2025, o grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained off* no montante de R\$ 3.652. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.
- (d) Conforme detalhado na nota explicativa nº23.
- (e) Refere-se a redução de capital a receber da controlada Empresa de Participações Vista Alegre S.A.

O Grupo entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum valor como provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois não há histórico de inadimplência com as notas comerciais da CCEE. Além disso, não são esperadas perdas e não há títulos em atraso.

10 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2025	2024
Seguros antecipados (a)	9.705	7.653
Arrendamentos antecipados (b)	16.552	16.552
Total	26.257	24.205
Circulante	9.705	7.653
Não circulante	16.552	16.552

(a) Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos.

(b) Mediante negociação entre o Grupo e o arrendador das terras na qual o parque fotovoltaico está instalado, foram antecipados o pagamento dos últimos 5 anos do contrato de arrendamento. O Grupo irá amortizar o saldo antecipado ao final do período de arrendamento.

11 Investimentos

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Mais valia (a)	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2025
<i>Investimentos em controladas</i>						
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	60%	605.136	-	(44.986)	(26.990)	363.339
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	100%	476.198	95.036	(37.567)	(37.566)	571.234
		1.081.334	95.036	(82.553)	(64.556)	934.573
<i>Investimentos em controladas</i>						
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	60%	514.878	-	(42.666)	(25.599)	309.185
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	100%	471.790	98.138	13.670	35.870	426.044
		986.668	98.138	(28.996)	10.271	735.229

O resultado do exercício da investida compreende os percentuais de ações os quais a Companhia detém nas investidas, conforme apresentados na nota explicativa nº 2. As alienações societárias realizadas estão demonstradas na nota explicativa número 1.4.

(a) Conforme nota explicativa nº 14.

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Composição do investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	1.956.083	1.350.947	605.136	(44.986)
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	3.474.058	2.791.625	682.433	(54.869)
	5.430.141	4.142.572	1.287.569	(99.855)

Composição do investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	1.973.473	1.458.595	514.878	(42.666)
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	3.203.792	2.732.002	471.790	13.670
	5.177.265	4.190.597	986.668	(28.996)

Movimentação dos investimentos	Part.%	2024	Adição de mais valia (a)	Baixa (a)	Amortização de mais valia (a)	Aumento / Redução de capital	Dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>										
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A	60%	309.185	-	-	-	-	-	81.144	(26.990)	363.339
Empresa de Participações Vista Alegre S.A	100%	426.044	-	-	(3.102)	-	-	185.858	(37.566)	571.234
Total		735.229	-	-	(3.102)	-	-	267.002	(64.556)	934.573

Movimentação dos investimentos	Part.%	2023	Adição de mais valia (a)	Baixa (a)	Amortização de mais valia (a)	Aumento / Redução de capital	Dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>										
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A	60%	414.469			-	77.270	-	(156.956)	(25.598)	309.185
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	100%	908.391	414	(42.299)	(545)	(38.597)	(8.519)	(428.671)	35.870	426.044
Total		1.182.293	414	(42.299)	(545)	38.673	(8.519)	(585.627)	10.271	735.229

(b) Conforme nota explicativa nº 14.

12 Ativo de direito de uso e arrendamento

O Grupo atua como arrendatário em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação consolidada do direito de uso está demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	45.679	49.374	(2.797)	92.256
Total do ativo	45.679	49.374	(2.797)	92.256
	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques fotovoltaicos	52.522	(6.074)	(769)	45.679
Total do ativo	52.522	(6.074)	(769)	45.679

Composição consolidada dos saldos do passivo de arrendamento:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	95.450	46.319
Total	95.450	46.319
Circulante	287	115
Não circulante	95.163	46.204

A movimentação consolidada do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada abaixo:

2025						
	Reconhecimento inicial	Adições	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	46.319	49.374	(243)	(9.863)	9.863	95.450
Total	46.319	49.374	(243)	(9.863)	9.863	95.450
2024						
	Reconhecimento inicial	Atualização dos saldos	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2025
Passivo de arrendamento						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319
Total	52.522	(6.122)	(81)	(2.386)	2.386	46.319

Mediante reconhecimento do arrendamento dos parques fotovoltaicos das controladas da Companhia, a taxa de desconto utilizada para tal é de R\$ 12,75% a.a.

13 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil consolidado

Conciliação custo imobilizado	2023	Adições	Cessão onerosa	Baixa	2024	Adições (a)	Transferências	Cessão Onerosa	Baixa	2025
Adiantamento a fornecedores	1.327	-	(1.327)	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	3.124.200	1.377.738	(1.603.063)	(2.359)	2.896.516	96.007	(2.949.151)	(11.322)	(32.050)	-
Planta fotovoltaica – Instalações, máquinas e benfeitorias	82.665	-	1.604.390	(346)	1.686.709	287	2.949.151	-	(2.308)	4.638.455
Móveis e utensílios	97	-	-	-	97	-	-	-	-	97
Desmobilização de ativos	-	47.625	-	-	47.625	-	-	-	-	47.625
Total	3.208.289	1.425.363	-	(2.705)	4.630.947	96.294	-	(11.322)	(34.358)	4.681.561
Depreciação acumulada										
Planta fotovoltaica - instalações, máquinas e benfeitorias	-	(26.339)	-	-	(26.339)	(130.370)	-	-	-	(156.709)
Desmobilização de ativos	(8)	-	-	-	(8)	(1.353)	-	-	-	(1.361)
Total	(8)	(26.339)	-	-	(26.347)	(131.723)	-	-	-	(158.070)
Total ativo imobilizado	3.208.281	1.399.024	-	(2.705)	4.604.600	(35.429)	-	(11.322)	(34.358)	4.523.491

(a) As adições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

Em agosto de 2024 as controladas do Complexo Boa Sorte concluíram a construção da Usina Fotovoltaica e iniciaram a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre, iniciando o reconhecimento de depreciação. A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritas na nota explicativa nº 6.d.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso de suas controladas, com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócios, sendo Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. *WACC* 9,50% e a investida indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. *WACC* 9,70%. Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

14 Intangível

	Consolidado	
	2025	2024
Direito de exploração (outorgas)	95.819	98.921
Total	95.819	98.921

Direito de geração de energia fotovoltaica

Em 2022 o Grupo concretizou a compra do Complexo Vista Alegre, juntamente com a aquisição das controladas. Em função das outorgas para exploração de geração de energia fotovoltaica já obtidas pelas Companhias pertencentes ao Complexo e após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.e, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 116.272.

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixa (a)	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Outorga – Complexo Vista Alegre	141.350	414	(545)	(42.299)	98.921	(3.102)	95.819
Total:	141.350	414	(545)	(42.299)	98.921	(3.102)	95.819

- (a) Em decorrência da alienação da participação societária nas investidas indiretas Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., conforme descrito na nota explicativa número 1.3, a Companhia realizou a baixa proporcional do intangível reconhecido decorrente da aquisição do complexo fotovoltaico.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços e materiais (a)	-	103	10.935	90.705
Fornecedores - partes relacionadas (e)	-	-	19.842	-
Compra de energia (b)	-	-	116.523	21.875
Total de fornecedores	-	103	147.300	112.580
Outras contas a pagar (c)	12.732	12.723	49.410	24.207
Redução de capital (d)	113	113	113	113
Total de outras contas a pagar	12.845	12.836	49.523	24.320
Total de fornecedores e outras contas a pagar	12.845	12.939	196.823	134.177

- a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, principalmente, a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos complexos de Boa Sorte e Vista Alegre.
- b) Compra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- c) Outras contas a pagar no montante de R\$ 12.732, refere-se basicamente à serviços de operação e manutenção (O&M) e serviços a faturar.
- d) Redução de capital a pagar no valor de R\$ 113, conforme descrito na nota explicativa número 18.a.
- e) Refere-se a contas a pagar junto as controladas referente a aquisição de energia para revenda, conforme nota explicativa nº 23.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 24.

16 Financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	3.883.072	1.338.667
Captação de financiamentos	240.928	2.166.263
Juros incorridos no exercício	254.417	186.722
Pagamento de principal	(46.193)	(423.572)
Juros pagos	(127.742)	(3.398)
Custos incorridos no exercício	8.172	3.374
Custo de captação	(6.900)	(131.455)
Variação cambial	(452.370)	746.471
Saldo final	3.753.388	3.883.072
Circulante	149.965	65.212
Não circulante	3.603.423	3.817.860

- (i) A taxa de fechamento utilizada para conversão dos financiamentos em dólar foi de R\$ 5,50 (R\$ 6,19 em 2024).

a. Termos e cronograma de amortização dos financiamentos

A controlada Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD 210.594, equivalente à R\$ 1.120.000 sendo ocorreu a liberação de parte dos saldos em 2023, no montante de R\$ 952.802 (USD 193.008) remunerados taxas fixa BNDES, não superior a 5,14% + 2,28%. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

A controlada indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A, celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD447.804, equivalente à R\$ 2.180.000, dos quais USD403.699 foram desembolsados até ao longo de 2024 e USD 44.105 em 2025, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,35% acrescido de *spread* de crédito de 2.28% O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao Itaú, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o Itaú a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

b. Garantias prestadas

Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Credit Agricole Brasil S.A. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNDES, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela investida no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Investida e SPEs, de titularidade dos sócios e da Tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Investida;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Investida e das contas relacionadas ao Projeto;
- Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Boa Sorte Comercializadora), com solidariedade com as SPEs uma vez satisfeito o pagamento pelos Fiadores do BNDES em decorrência da honra da fiança;
- Compromisso limitado de aporte de capital na Investida, pelos sócios;
- Fiança bancária para diferença entre capital aportado e Aporte Total vigente até a comprovação do Aporte Total.

Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Credit Agricole Brasil S.A. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNDES, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
 - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da Tomadora nas SPEs, respectivamente;
 - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
 - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Vista Alegre Comercializadora), com solidariedade com as SPEs uma vez satisfeito o pagamento pelos Fiadores do BNDES em decorrência da honra da fiança; e
- Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios.

Cronograma de amortização da dívida:

Vencimento em:	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
2025	-	-
2026	-	212.103
2027	211.966	212.103
2028	211.966	212.103
2029	211.966	212.103
2030	211.966	212.103
2031 até 2044	2.755.559	2.757.345
	3.603.423	3.817.860

17 Provisão para desmobilização

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas do grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, o Grupo realizou a revisão do reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica e reconheceu como provisão para desmobilização o montante de R\$ 53.010. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 12,23%.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 53.010 (R\$ 47.625 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo inicial	47.625	-
Reconhecimento inicial	-	47.625
Correção monetária da provisão para desmobilização	5.385	-
Saldo final	53.010	47.625

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.222.007 (R\$ 1.414.163 em 31 de dezembro de 2024), representado por 1.222.007 mil ações (1.769.244.129 ações em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal.

A Companhia realizou as seguintes movimentações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme atos societários a seguir:

- i. Exercício findo em 31 de dezembro de 2024:
 - (i) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2024, com a subscrição e aprovação de aumento de capital no montante de R\$ 77.270;
 - (ii) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2024, que aprovou a redução de capital social no montante de R\$ 209;
 - (iii) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de setembro de 2024, que aprovou a redução de capital social no montante de R\$ 120.000;

ii. Exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

- (i) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2025, com a aprovação e redução de capital no montante de R\$ 100.000; e
- (ii) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de março de 2025, com a aprovação e redução de capital no montante de R\$ 92.156.

Em decorrência da aprovação de redução de capital a Companhia realizou a devolução para o controlador GIP Helios II S.A., do montante de R\$ 192.156, permanecendo em outras contas a pagar o saldo de R\$ 113, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o prejuízo de R\$ 68.755 (lucro de R\$ 115.490 em 31 de dezembro de 2024). Em função disso, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.775 em 31 de dezembro de 2024).

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 27.429 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
Prejuízos acumulados	-	-
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(68.757)	115.490
Base de cálculo - Reserva Legal	-	115.490
Reserva legal - 5%	-	(5.775)
Base de cálculo - Dividendos mínimos	-	109.715
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	27.429

b. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício no montante de R\$ 68.756 e apresentou uma reserva de retenção de lucros de R\$ 48.622 (R\$ 117.378 em 31 de dezembro de 2024).

c. Hedge de fluxo de caixa – Reserva de hedge

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, as variações cambiais, líquidas dos efeitos fiscais, decorrentes do principal de aquisições atrelada à moeda estrangeira designados como hedge de fluxo de caixa. As operações de hedge foram realizadas na controlada direta Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda S.A e controlada indireta Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda de correspondente a ganhos acumulados no montante de R\$ 8.040 (R\$7.834 em 31 de dezembro de 2024). As variações cambiais do instrumento de hedge designado, serão reconhecidas no patrimônio líquido até o momento em que o objeto de hedge, as receitas altamente prováveis, com a venda de energia sejam reconhecidas.

d. Ajuste de conversão

As controladas Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. e Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A., têm moeda funcional em dólar, e em decorrência disto os ajustes de conversão realizados nas demonstrações financeiras da controlada são refletidos na linha de ajustes de conversão no patrimônio líquido da Companhia, conforme estabelecido na nota explicativa nº 4. A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 saldos de perdas de R\$ 283.072 (perdas de R\$ 549.868 em 31 de dezembro de 2024).

e. Participação de não controladores

A Companhia reconhece como Participação de não controladores o valor de R\$ 448.054 (R\$349.600 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado abaixo valores por investida:

Composição da participação de não controladores	2025			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	30%	476.195	(37.566)	223.531
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	40%	363.342	(26.990)	224.523
Total		839.537	(64.556)	448.054
Composição da participação de não controladores	2024			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	30%	482.904	(95.607)	143.885
Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A.	40%	471.790	13.670	205.715
Total		986.668	(28.996)	349.600

19 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) (a)	562.211	197.752
Receita de contratos de swap de energia (b)	529.254	-
Receita contrato de energia partes relacionadas (c)	91.723	-
Receita contrato de energia (MCP)	41.356	44.706
<i>Constrained Off</i> – (d)	3.652	-
Impostos sobre venda	(118.785)	(19.673)
Total	1.109.411	222.785

- (a) Receita proveniente da operação firmada bilateralmente em ambiente de contratação livre (ACL);
- (b) As receitas de swap de energia referem-se a operações realizadas pela Companhia para adequar o perfil da energia gerada ao perfil de consumo dos clientes, por meio da troca de energia entre diferentes submercados, curva de geração e tipo de energia. Nessas operações, ocorre a transferência efetiva de energia, sendo reconhecida receita pela venda da energia transferida e custo pela energia adquirida (nota explicativa nº 20);
- (c) Receita de energia vendida pelas investidas detentoras da Plantas Fotovoltaicas às Comercializadoras do Grupo, conforme nota explicativa nº 23; e
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, o grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de *constrained off* no montante de R\$ 3.652.

Em 2025 a Companhia e suas controladas comercializaram 2.222 GW, (224 GW em 2024) e as controladas da Companhia geraram 1.267 GW em 2025 (426 GW em 2024).

20 Custos e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(134.587)	(27.108)
Amortização do intangível	-	-	(3.102)	-
Operação e manutenção	-	-	(28.349)	(11.859)
Compra de energia para revenda (a)	-	-	(55.635)	(22.246)
Compra de energia para revenda partes relacionadas	-	-	(89.318)	-
Compras de energia contratos de swap	-	-	(482.104)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	-	-	(79.221)	(18.616)
Custos compartilhados - partes relacionadas (d)	-	-	(6.675)	-
Serviços técnicos	-	-	(707)	-
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(3.705)	(109)
Custos de locação de terras (c)	-	-	(1.067)	(775)
Seguros	-	-	(13.180)	(5.557)
Custo de aporte em garantia	-	-	(319)	(670)
Total	-	-	(897.969)	(86.940)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(152)	(154)	(2.772)	(2.533)
Serviços tomados	-	-	(718)	-
Serviços técnicos	-	(24)	-	(182)
Assessoria e advogados	(5)	(70)	(6.082)	(1.410)
Depreciação e amortização	(3.102)	-	-	-
Taxas	(684)	-	(2.379)	-
Amortização do intangível	-	(545)	-	(545)
Impostos e taxas	-	(560)	-	(4.048)
Internet e comunicação	-	(1)	-	(34)
Propaganda e publicidade	-	(5)	(132)	(7)
Despesas consumo do escritório	-	(6)	(11)	(43)
Despesas com viagens	-	-	(933)	(355)
Despesas com aluguel e condomínio	-	-	-	194
Outras despesas	-	-	(169)	-
Repasso das despesas compartilhadas (d)	(350)	(334)	-	(334)
Outros	1.093	(882)	4.583	841
	(3.200)	(2.581)	(8.613)	(8.456)

- (a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
(b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
(c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
(d) Referem-se ao repasse das despesas compartilhadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros resultados operacionais				
Receita na venda de participações (a)	-	-	-	241.243
Custo das ações alienadas (a)	-	(13.896)	-	(89.826)
Créditos tributários	-	-	-	1.594
Perda na venda de ativo fixo	-	-	(21.551)	-
Outros resultados	1.467	28	(51)	366
Total	1.467	(13.868)	(21.602)	153.377

- (a) Venda de participações societárias
Em 20 de dezembro de 2024 a controlada direta Empresa de Participações Vista Alegre S.A., firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. com a Hydro Rein, correspondente a venda de 20% das ações deste investimento, passando a Companhia a deter 70% das ações da investida.

21 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10.869	7.491	48.077	29.436
Partes relacionadas	-	3.782	-	3.782
Ganhos com derivativos	1.989	101.006	1.989	144.176
Variação cambial ativa (a)	30.231	55.744	428.672	64.654
	43.089	168.023	478.738	242.048
Despesa financeira				
Despesas bancárias e carta fiança	(870)	(342)	(58.075)	(19.292)
Juros sobre arrendamento	-	-	(10.994)	(2.795)
Perdas com derivativos	-	-	(424)	(7.047)
Despesa de juros com financiamentos	-	-	(254.417)	(186.721)
Custo de captação incorrido no exercício	-	-	(8.172)	(3.374)
Juros com partes relacionadas (b)	-	-	-	(33.288)
Variação cambial passiva (a)	(45.568)	(2.916)	(402.264)	(89.502)
Outras despesas financeiras	-	-	(5.384)	-
	(46.438)	(3.258)	(739.730)	(342.201)
Resultado financeiro, líquido	(3.349)	164.765	(260.992)	(100.153)

- (a) O Grupo possui saldos em moeda estrangeira de financiamentos. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras. Logo, o valor líquido destas variações foi positivo em R\$ 26.406 (negativo em R\$ 22.848 em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

22 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar de Imposto de Renda e Contribuição Social do Grupo é de R\$ 9.902 (R\$56.649 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Controladora:

	Controladora	
	2025	2024
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(69.638)	158.587
Resultado de equivalência patrimonial	64.556	(10.271)
Variação cambial	(44.841)	(44.848)
Receita na venda de investimento	(43.623)	(14.266)
Amortização do mais valia	3.102	545
Compensação de prejuízo fiscal	-	(20.466)
Outros	5.325	75
Base de cálculo	85.119	69.356
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(28.919)	(23.277)

O Grupo não constitui impostos diferidos ativos dado que por ser uma Holding, seu lucro é basicamente resultado de equivalência, que é um resultado não tributável. A Companhia não apresenta expectativa de lucros tributáveis.

Consolidado

a. Controladas tributadas pelo lucro real

	2025	2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	-	92.132
Adições:		
Outras Adições (exclusões)	-	73
Variações cambiais não realizadas	-	-
Prejuízo na venda de participações	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	73.407
Compensação de prejuízo fiscal	-	-
Base de cálculo após compensações	-	165.612
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	(56.262)
Alíquota efetiva	-	61%

b. Controladas indiretas tributadas pelo lucro presumido

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta (a)	631.648	152.885
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	50.532	12.231
Presunção da contribuição social – 12% (c)	75.798	18.346
Demais receitas (a)	18.169	1.083
Base de cálculo do IRPJ - (a)	68.701	13.314
Imposto de renda a alíquota de 15%	(10.303)	(1.995)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(6.407)	(1.285)
Total imposto de renda	(16.710)	(3.280)
Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	93.967	19.429
Contribuição social a alíquota de 9%	(8.458)	(1.749)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(25.167)	(5.029)
Alíquota efetiva (*)	4%	3%

O valor total de despesas de imposto de renda e contribuição combinadas da Companhia e das investidas diretas e indiretas é de R\$ 23.277 (R\$ 84.568 em 31 de dezembro de 2024).

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de reserva de *hedge* e alienação de participação societária:

	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Alienação de investimentos (a)	58.289	14.266
Variação cambial sobre alienação de participações societárias (b)	29.361	44.023
Base de cálculo	87.650	58.289
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado	29.801	(19.820)

- a. Decorrente de alienação de investimentos da Vista Alegre Comercializadora de energia Ltda, onde, o valor de venda foi de R\$ 163.662 e o valor de custo R\$ 134.304, resultado em R\$ 29.358 não tributado até que ocorra a efetiva liquidação do saldo a receber, conforme detalhado na nota explicativa 1.4.b.

Em 2025, com a liquidação financeira da operação, ocorreu a realização do imposto diferido anteriormente constituído. Adicionalmente, considerando que o valor a receber estava denominado em moeda estrangeira (dólar norte-americano), houve atualização cambial do saldo até a data do recebimento, resultando em um ganho adicional. Dessa forma, o ganho de capital total apurado na liquidação da operação foi de R\$ 58.289, o qual foi integralmente tributado no período, ocasionando a reversão do imposto diferido previamente reconhecido e o reconhecimento do imposto corrente sobre o montante total realizado.

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros (a)	-	(446)
Base de cálculo	-	(446)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferida reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial	-	152

- a. O imposto de renda e contribuição diferidos são decorrentes de operações de *hedge* foram realizadas na controladas Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. e Boa Sorte Comercializadora de Energia S.A. correspondente a R\$ 0 em 2025 (perdas de R\$ 446 em 31 de dezembro de 2024).

O total de imposto de renda e contribuição diferido, representado pela venda de participações societárias e *Hedge* de fluxo de caixa, reconhecidos no passivo somam o montante de R\$ 0 (R\$ 29.801 em 31 de dezembro de 2024).

d. Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo inicial	-	(20.466)
Compensação / (Prejuízo fiscal) do exercício	-	20.466
Base de cálculo	-	-
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%

e. Saldos de imposto de renda e contribuição social ativo e passivo:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo		
Imposto de renda	27.978	16.399
Contribuição social	4.089	3.976
Total	32.067	20.435
Passivo		
Imposto de renda	6.574	43.515
Contribuição social	3.328	16.134
Total	9.902	59.649

23 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é o GIP Helios II S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício findo em 2025 e não foram fixadas remunerações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>(i) Operações com partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(350)	(334)
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	6.364	6.364	-	-	-	-
GIP Helios II S.A.	-	-	113	113	-	-
Total	6.364	6.364	113	113	(350)	(334)
<u>Contas a receber</u>						
	<u>2025</u>	<u>2024</u>				
<u>(ii) Operações com partes relacionadas – Internacional</u>						
Hydro Rein Boa Sorte Holding B. V	7	4.602				
Total	7	4.602				
Operação com partes relacionadas (i+ii)	<u>6.371</u>	<u>10.996</u>				
<u>Contas a receber</u>						
	<u>2025</u>	<u>2024</u>				
<u>(iii) Dividendos</u>						
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.	8.519	8.519	-	-		
GIP Helios II S.A.	-	-	27.429	27.429		
	<u>8.519</u>	<u>8.519</u>	<u>27.429</u>	<u>27.429</u>		
<u>Consolidado</u>						
	<u>2025</u>	<u>2024</u>				
<u>(i) Operações com partes relacionadas – Nacional</u>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A	20.346	-	19.842	-	(3.862)	(334)
GIP Helios II S.A.	-	-	113	113	-	-
Total	20.346	-	19.955	113	(3.862)	(334)
<u>Contas a receber</u>						
	<u>2025</u>	<u>2024</u>				
<u>(ii) Operações com partes relacionadas – Internacional</u>						
Hydro Rein Boa Sorte Holding B. V	7	4.602				
Total	7	4.602				
Operação com partes relacionadas (i+ii)	<u>20.353</u>	<u>4.602</u>				

Consolidado	<u>Contas a pagar</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	<i>(iv) Dividendos</i>	
GIP Helios II S.A.	<u>27.429</u>	<u>27.429</u>
	<u>27.429</u>	<u>27.429</u>
	<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<i>(v) Mútuos com Intercompany</i>		
GIP Helios II S.A.	<u>-</u>	<u>(33.288)</u>
	<u>-</u>	<u>(33.288)</u>

As movimentações dos mútuos aconteceram da seguinte forma:

	<u>Consolidado 2024</u>
Mútuos com partes relacionadas	
Saldo inicial	<u>333.298</u>
Captação de mútuos com partes relacionadas	-
Juros incorridos	33.288
Varição cambial	91.695
Juros pagos	(30.642)
Pagamento de mútuos financeiros	<u>(427.639)</u>
Saldo final	-

Em 6 de dezembro de 2023 a controlada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. celebrou junto a sua acionista indireta GIP Helios II, contrato de mútuo, no valor de USD 69.896, sendo remunerado a taxa de referência Term SOFR 12 meses, acrescido de juros de 1,00% ao ano, com vencimento em 30 de abril de 2025. Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a quitação integral deste mútuo, por meio dos recursos captados através do financiamento com o BNDES, conforme descrito na nota explicativa número 16.

- (i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas
- (ii) Refere-se à alocação de custos compartilhados com intercompanhias no exterior.

As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas periodicamente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. Os derivativos são contratados somente com o intuito de proteger o caixa da Companhia para com suas obrigações expostas ao risco cambial

b. Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Controladora 2025 – Valor contábil		Consolidado 2025 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	81.581	1.236	582.146	48.678
Contas a receber	9	-	7	-	197.164
Dividendos a receber	23	-	8.519	-	-
Outras contas a receber	8	-	6.364	-	-
		81.581	16.126	582.146	245.842
Passivos					
Fornecedores	15	-	-	-	147.300
Financiamentos	16	-	-	-	3.753.388
Dividendos a pagar	23	-	27.429	-	27.429
Passivo de arrendamento	12	-	-	-	95.450
Outras contas a pagar	15	-	12.845	-	49.523
Total		-	40.274	-	4.073.090

Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024 – Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	94.266	147	275.119	217.024
Contas a receber	9	-	10.966	-	88.552
Dividendos a receber	23	-	8.519	-	-
Contas a receber – alienação societária	1.4	-	207.685	-	207.685
Outras contas a receber	-	-	-	-	5.712
		94.266	227.317	275.119	518.973
Passivos					
Fornecedores	15	-	103	-	112.580
Financiamentos	16	-	-	-	3.883.071
Derivativos financeiros passivo	24	-	-	446	-
Dividendos a pagar	23	-	27.429	-	27.429
Passivo de arrendamento	12	-	-	-	46.319
Outras contas a pagar	15	-	12.836	-	24.320
Total		-	40.368	446	4.093.719

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nível (*)	2025		2025	
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	82.817	82.817	630.824	630.824
Contas a receber	Nível 2	7	7	197.164	197.164
Outras contas a receber	Nível 2	6.364	6.364	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	8.519	8.519	-	-
		97.707	97.707	827.988	827.988
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	-	-	147.300	147.300
Financiamentos	Nível 2	-	-	3.753.388	3.753.388
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	95.450	95.450
Dividendos a pagar	Nível 2	27.429	27.429	27.429	27.429
Outras contas a pagar	Nível 2	12.845	12.845	49.523	49.523
Total		40.274	40.274	4.073.090	4.073.090

	Nível (*)	2024		2024	
		Controladora		Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	94.413	94.413	492.143	492.143
Contas a receber	Nível 2	10.966	10.966	88.552	88.552
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	5.712	5.712
Dividendos a receber	Nível 2	8.519	8.519	-	-
Contas a receber venda de participações	Nível 2	207.685	207.685	207.685	207.685
		321.583	321.583	794.092	794.092
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	103	103	112.580	112.580
Financiamentos	Nível 2	-	-	3.883.071	3.883.071
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	46.319	46.319
Derivativos financeiros passivo	Nível 2	-	-	446	446
Dividendos a pagar	Nível 2	27.429	27.429	27.429	27.429
Outras contas a pagar	Nível 2	12.836	12.836	24.320	24.320
Total		40.368	40.368	4.094.165	4.094.165

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando as taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas	Aplicável

b. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia estava comprada em Reais do Brasil (BRL) por meio de (NDF) *Non-deliverable Forwards* em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui compromissos financeiros com suas controladas para prover recursos, objetivando que suas controladas liquidem suas obrigações referentes à compra de ativo imobilizado a moeda estrangeira. O repasse dos recursos financeiros para as controladas da Companhia se dará por meio de aporte de capital. Com o intuito de proteger o caixa da Companhia das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de *Non-deliverable Forwards* (NDF).

	2024
	Derivativos em BRL (*)
(Perda) / Ganho (*)	(446)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152
Resultado líquido com derivativos	294

a. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Caixa, equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos, instituições financeiras e derivativos é administrado pela tesouraria, bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com políticas estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Contas a receber

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras, bem como contratos com mecanismos robustos de controle de inadimplência. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixas e equivalentes de caixa	82.817	94.413	630.824	492.143
Contas a receber	7	10.966	197.164	88.552
Dividendos a receber	8.519	8.519	-	-
Contas a receber venda de participações societárias	-	207.685	-	207.685
Outras contas a receber	6.364	-	-	5.712
Total transações no resultado	<u>97.707</u>	<u>321.583</u>	<u>827.988</u>	<u>794.092</u>

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, o Grupo centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. O Grupo prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	147.300	147.300	147.300	-	-	-
Financiamentos	3.753.388	7.452.670	384.336	1.071.857	1.805.988	4.190.489
Passivo de arrendamento	95.450	370.434	11.786	47.136	58.922	252.590
Dividendos a pagar	27.429	27.429	27.429	-	-	-
Outras contas a pagar	49.523	49.523	49.523	-	-	-
Total transações no resultado	4.073.090	8.047.356	620.374	1.118.993	1.864.910	4.443.079

31 de dezembro de 2024

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
	Valor Contábil	Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	112.580	112.580	112.580	-	-	-
Financiamentos	3.883.071	3.883.071	3.883.071	-	-	-
Passivo de arrendamento	46.319	46.319	46.319	-	-	-
Dividendos a pagar	27.429	27.429	27.429	-	-	-
Derivativos financeiros passivo	446	446	446	-	-	-
Outras contas a pagar	24.320	24.320	24.320	-	-	-
	4.094.165	4.094.165	4.094.165	-	-	-

(iii) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado as usinas onde as controladas desenvolvem suas atividades:

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia e suas controladas gerenciam o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve valor de inefetividade reconhecido no resultado do exercício.

(v) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente dos compromissos em aportar recursos à suas controladas referentes as aquisições de ativo imobilizado para a implementação das usinas de geração. O risco deriva das oscilações entre o Real (R\$) versus Dólar Norte Americano (USD).

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. No exercício de 2025, a Companhia não apresentou exposição a moeda estrangeira.

(vi) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade de índices indexadores

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros do Grupo que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pelo Grupo, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco:

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade				
			31/12/2025	31/12/2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (a)	15,00%	12,25%	12,25%	15,31%	18,38%		

Controladora	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Empréstimos e financiamentos	CDI	3.753.388	4.213.178	574.738	689.685	(574.738)	(689.685)
Aplicações financeiras	CDI	81.581	91.779	12.492	14.991	(12.492)	(14.991)

Consolidado	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Risco de redução (ativo)							
Empréstimos e financiamentos	CDI	3.753.388	4.213.178	645.038	774.382	(645.038)	(774.382)
Aplicações financeiras	CDI	582.146	653.459	89.141	106.969	(89.141)	(106.969)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Focus

25 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

As controladas da Companhia possuem ação com classificação de perda possível, referente a litígios ambientais decorrente da falta de licenças e danos ambientais causados, que totalizam possíveis perdas no montante de R\$ 15.419 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024).

O Companhia e suas controladas são réis em ações que possuem avaliação de perda provável estimada em R\$ 0 (R\$ 1.540 em 31 de dezembro de 2024). As partes entraram em acordo judicial em ambas as ações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como prováveis.

26 Informações complementares aos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Provisão para desmobilização	17	-	-	-	47.625
Passivo de arrendamento	12	-	-	-	52.522
Instrumentos derivativos ativo	24	-	67.266	-	133.986
Instrumentos derivativos passivo	24	-	(67.266)	-	(67.180)
Tributos diferidos	22	-	19.820	-	(2.895)
Hedge de fluxo de caixa – patrimônio líquido	18	-	(35.758)	-	(44.091)
Hedge de fluxo de caixa – investimentos	11	-	585.627	-	-
Ajuste de conversão	18	(266.796)	(549.869)	(400.544)	(696.319)
Variação cambial	16	266.796	-	400.544	696.319
Tributos diferidos – resultado	22	-	(19.820)	-	(19.820)
Aquisição de imobilizado	13	-	-	11.322	214.764
Fornecedores	15	-	-	(11.322)	(262.389)
Redução de capital social	18	-	(113)	-	(113)
Outras contas a pagar	15	-	113	-	113
Ativo de direito de uso	12	-	-	-	(52.522)
Outras contas a receber	-	-	28.403	-	-
Investimentos	11	-	(28.403)	-	-

27 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos do Grupo para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	Total
TUST/TUSD (a)	8.148	8.513	8.840	9.005	375.270	409.776
Seguros e garantias (b)	1.717	1.790	1.859	960	41.951	48.277
Compra de Energia (c)	1.441	445	420	565	12.275	15.146
Contratos de (O&M) (d)	2.022	1.757	2.118	2.454	117.520	125.871
Arrendamento (e)	899	1.017	1.276	1.311	48.152	52.655
Outros (f)	3.675	3.561	1.751	1.771	67.087	77.845
Total	17.902	17.083	16.264	16.066	662.255	729.570

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguarção das plantas fotovoltaicas.

c) Compra de Energia

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

e) Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

f) Outros

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *